

Um ano de pandemia na Região Autónoma da Madeira

Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) publica hoje um “Em Foco” que aborda os efeitos da pandemia COVID-19 na vida económica e social da Região nos primeiros doze meses de pandemia, ou seja entre março de 2020 e fevereiro de 2021. Quando a informação é de natureza trimestral, considerou-se o período entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021.

1. Mortalidade – Valor dos óbitos desde 17 de março de 2020 até final de fevereiro de 2021 é superior ao do mesmo período nos dois anos anteriores

Os primeiros casos diagnosticados com a doença COVID-19 em Portugal foram reportados a 2 de março de 2020, ocorrendo o primeiro óbito a 16 de março. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto de COVID-19 atingiu o nível de pandemia. Na Região Autónoma da Madeira (RAM), o primeiro caso de COVID-19 foi reportado a 16 de março, sendo que a primeira morte por COVID-19 na RAM ocorreu a 1 de novembro.

Segundo a informação preliminar obtida a partir dos assentos de óbito apurados no âmbito do Sistema Integrado do Registo e Identificação Civil (SIRIC), na RAM, entre 17 de março de 2020 e 28 de fevereiro de 2021 contabilizaram-se 2 695 óbitos de residentes na RAM, valor superior aos períodos homólogos de 2019-2020 (2 482) e de 2018-2019 (2 554).

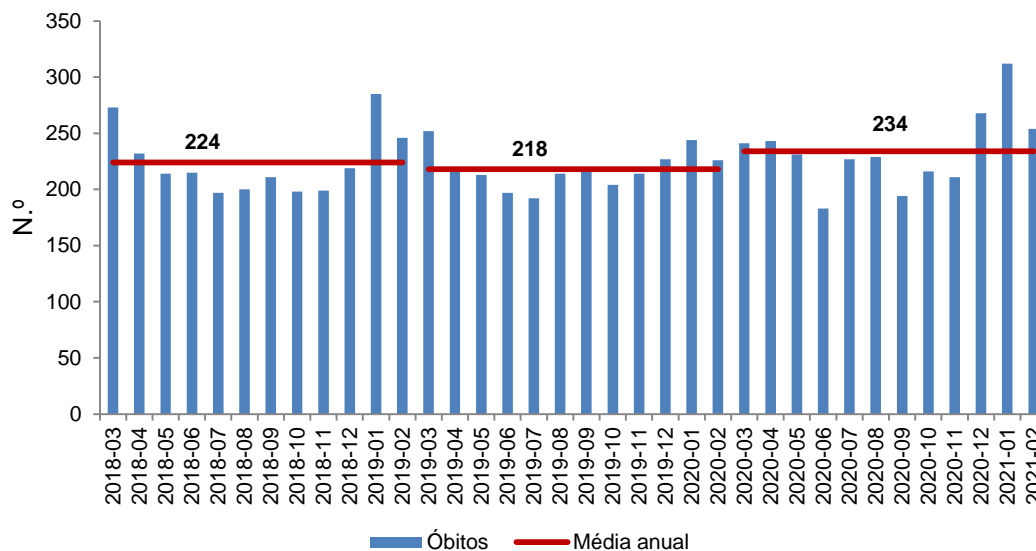
Dos 2 695 óbitos de residentes registados entre 17 de março de 2020 e 28 de fevereiro de 2021, segundo a Direção Regional de Saúde, 64 foram motivados por complicações derivadas de infeção pelo SARS-CoV-2.

No período de março de 2020 a fevereiro de 2021, destaca-se o número de óbitos nos meses de abril (o mais elevado dos últimos 18 anos neste mês), maio (o mais alto dos últimos seis anos neste mês), julho (o mais elevado pelo menos desde 1996, ano a partir do qual os registos mensais de óbitos estão compilados), agosto (o mais alto dos últimos 17 anos neste mês), outubro (o mais elevado dos últimos seis anos neste mês), e janeiro de 2021 (com o número mais alto de óbitos dos últimos sete anos neste mês).



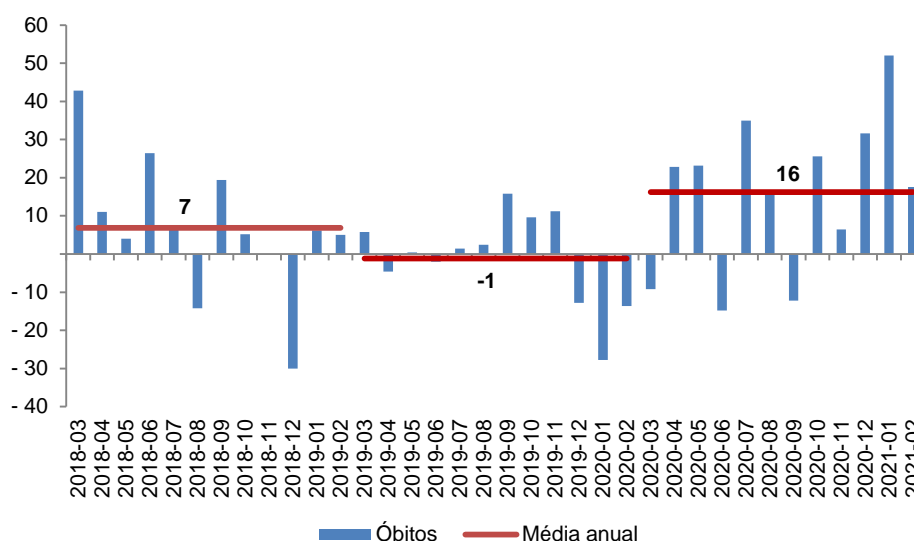
No intervalo temporal de 17 de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021, cerca de dois terços (65,1%) dos óbitos foram de idosos com 75 ou mais anos, percentagem superior à do período homólogo de 2019-2020 (62,5%) e de 2018-2019 (63,3%).

Fig. 1 – Óbitos de residentes na RAM (março 2018- fevereiro 2021)



Entre março de 2020 e fevereiro de 2021, houve um excesso de 16 óbitos em média mensal relativamente ao período de referência (5 anos anteriores).

Fig. 2 – Excesso de mortalidade na RAM (março 2018- fevereiro 2021)

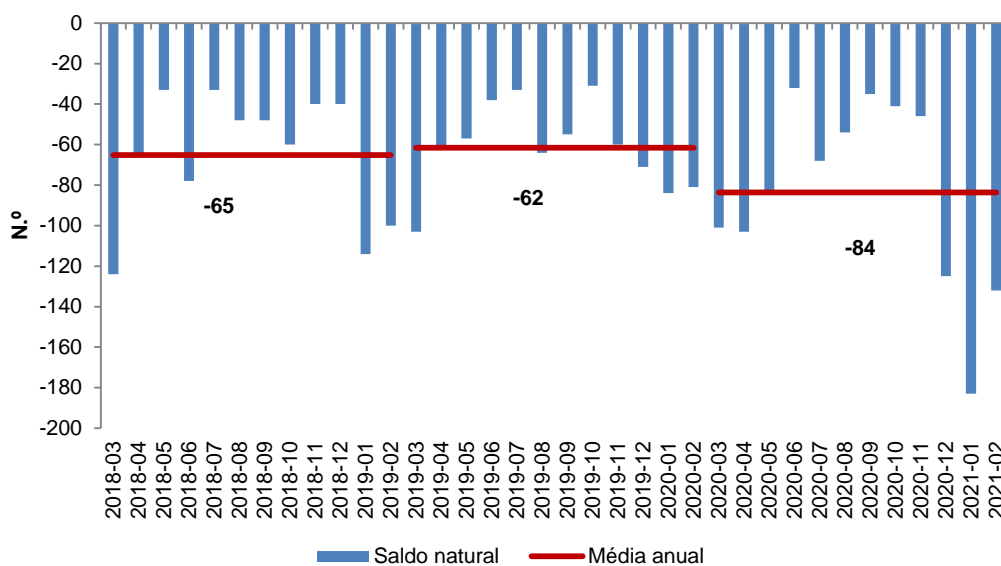


2. Natalidade – Número de nados-vivos foi o mais baixo dos últimos 7 anos

Quanto aos 1 806 nascimentos registados entre março de 2020 e fevereiro de 2021, os mesmos registaram uma diminuição de 3,9% face ao período homólogo, sendo necessário recuar até ao intervalo temporal de março de 2014 a fevereiro de 2015 para encontrar um valor mais baixo de nados-vivos.

O saldo natural, que corresponde à diferença entre os nados-vivos e os óbitos, fixou-se em -1 003 indivíduos entre março de 2020 e fevereiro de 2021. Comparativamente ao ano pré-pandémico, isto significou um agravamento de 264 indivíduos.

Fig. 3 – Saldo natural na RAM (março 2018- fevereiro 2021)



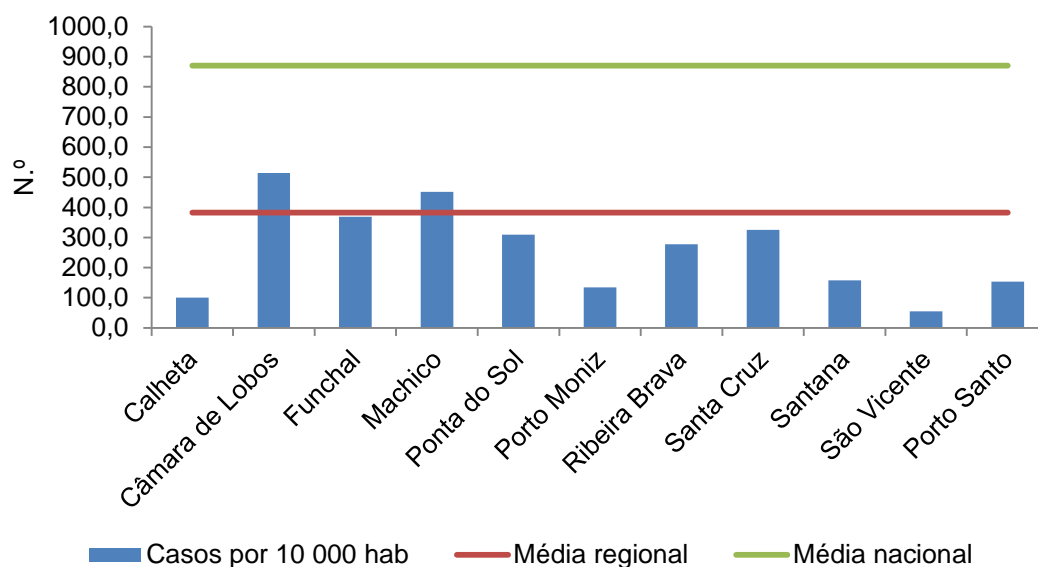
3. Saúde – Número de casos de COVID por habitante na RAM é menos de metade da média nacional

A 7 de julho de 2021, na Região Autónoma da Madeira, o número de casos confirmados por 10 mil habitantes¹ era de 382,5, inferior ao do país (870,1 casos por 10 mil habitantes). Câmara de Lobos e Machico destacavam-se, registando 514,0 e 451,9 casos confirmados por 10 mil habitantes. No polo inverso encontravam-se São Vicente (54,8) e a Calheta (100,6). O Funchal, município mais populoso da RAM, apresentava um rácio ligeiramente inferior à média regional (368,3 casos por 10 mil habitantes).

¹ Referencial é a população residente na RAM a 31 de dezembro de 2020, a última oficialmente disponível.



Fig.4 – Número de casos confirmados de COVID-19 por 10 mil habitantes até 7 de julho



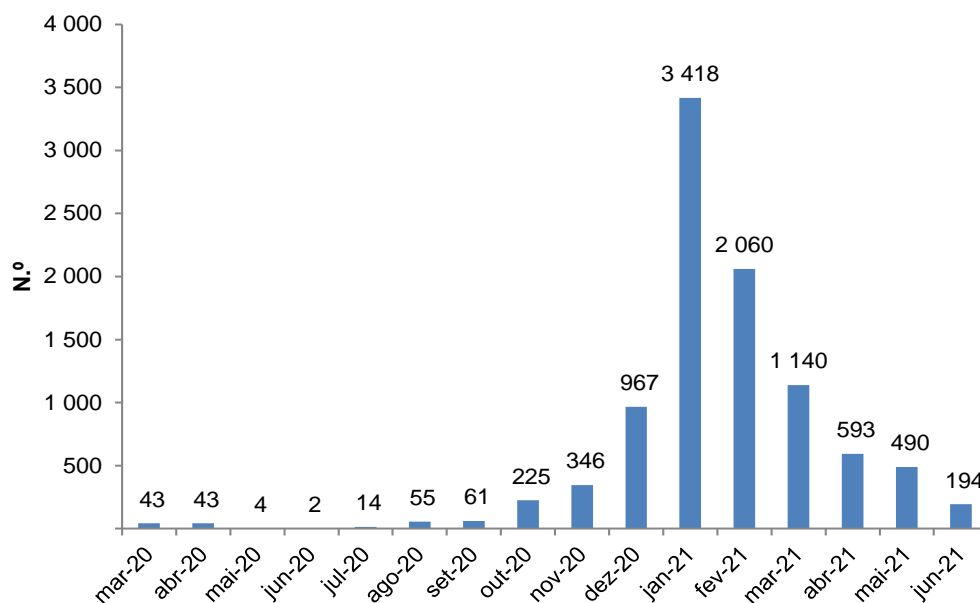
O número de casos evoluiu lentamente até ao final de novembro de 2020, crescendo a partir daí, com janeiro a ser o mês onde mais casos foram registados. Em fevereiro iniciou-se uma trajetória de descida que prossegue até ao momento presente.

Com efeito, no final do 1.º trimestre o número de casos (incluindo não residentes) era de apenas 42, a meio do ano de 92, a 30 de setembro fixava-se em 222, sendo que no final do ano já ascendia aos 1 760. A situação agravou-se em 2021 sendo que no final de fevereiro o número de casos (7 238) mais que quadruplicou face ao final de 2020.

Dos 9 695 casos confirmados na Região até 5 de julho de 2021 (dos quais 817 são de não residentes), 75 permaneciam ativos.



Fig.5 – Número de novos casos confirmados de COVID-19 por mês, desde março de 2020 a junho de 2021



No final de fevereiro de 2021, o número acumulado de óbitos por COVID-19 era de 64, sendo que a 5 de julho o mesmo era de 73.

4. Mercado de trabalho

4.1 Taxa de desemprego cresceu 2,6 pontos percentuais entre o início e o fim do primeiro ano pandémico

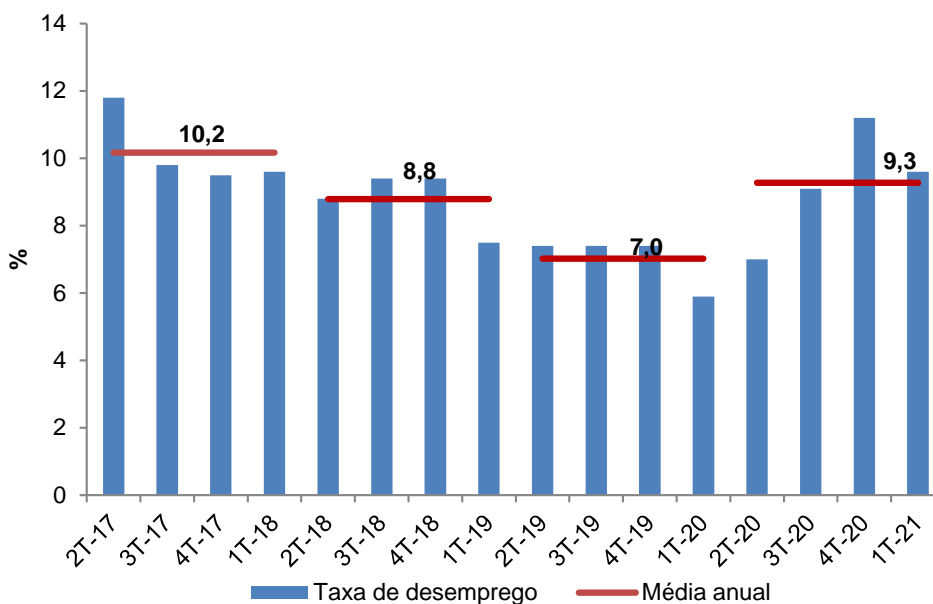
A taxa de desemprego regional variou de sentido ao longo do período pandémico, refletindo sobretudo a dinâmica dos confinamentos, que desincentivam e dificultam a procura de trabalho pelos desempregados, que passam por essa razão a serem classificados como inativos. Com efeito, depois do mínimo atingido no 1.º trimestre de 2020 (5,9%), a taxa de desemprego cresceu até final de 2020, primeiro para 7,0% no trimestre seguinte e para 9,1% no 3.º trimestre de 2020. No 4.º trimestre de 2020 atingiu o valor mais elevado (11,2%) desde o 3.º trimestre de 2017. O primeiro dado de 2021, referente ao trimestre inicial desse ano coloca a taxa de desemprego em 9,6%.

A redução da taxa de desemprego face ao trimestre anterior poderá estar relacionada com o fluxo entre inativos e desempregados, que no 1.º trimestre de 2021, devido à conjuntura económica adversa, poderão não ter feito diligências para a procura ativa de emprego, caindo assim na situação de inatividade. Isto explica também parcialmente o mínimo observado no 1.º trimestre de 2020.



A média da população empregada entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021 foi inferior à do período homólogo anterior em 3,5%. Por sua vez, tendo em contas as mesmas referências temporais, a população desempregada cresceu 30,5%.

Fig.6 – Taxa de desemprego (2T2017-1T2021)



4.2 Taxa de subutilização do trabalho está acima dos 20%

A subutilização do trabalho é um indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego. No ano de 2020, a subutilização do trabalho conheceu um crescimento pronunciado. No 2.º trimestre de 2020, os “inativos disponíveis mas que não procuram emprego” eram 12,7 mil, número que se reduziu nos dois trimestres seguintes, fixando-se em 8,4 mil no último trimestre de 2020, precisamente como contraponto do acréscimo da população desempregada de 8,6 mil para 14,8 mil. Com o endurecimento das medidas de confinamento no 1.º trimestre de 2021, verificou-se o fluxo contrário com os “inativos disponíveis mas que não procuram emprego” a crescerem para os 11,1 mil e os desempregados a caírem para os 12,3 mil. Desde o 3.º trimestre que a taxa de subutilização do trabalho está acima dos 20%, algo que já não acontecia desde o 1.º trimestre de 2018. Esta taxa decresceu ligeiramente para 21,3% no 1.º trimestre de 2021, ou seja inferior em 0,2 p.p. ao trimestre precedente.



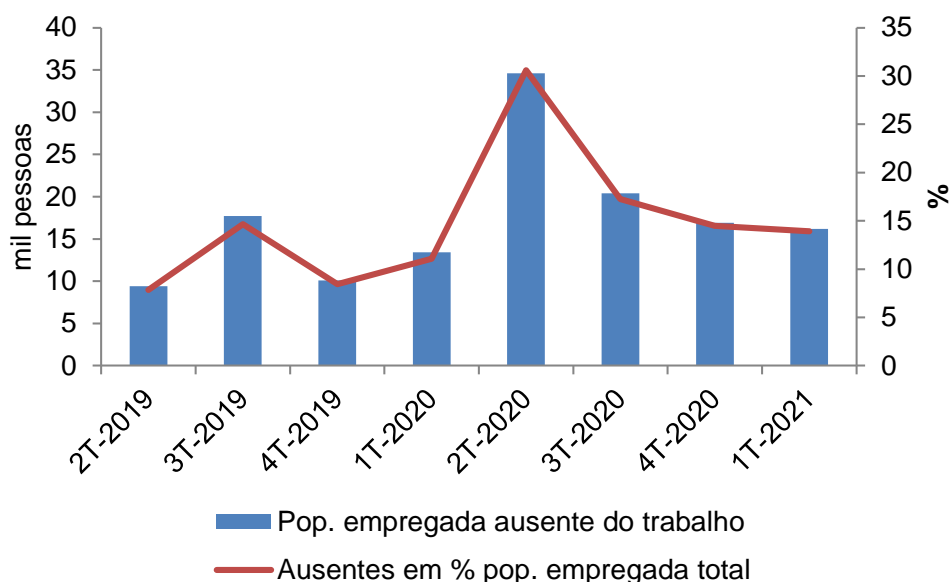
Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

4.3 População empregada ausente do trabalho na semana de referência mantém-se a níveis elevados, embora abaixo do expoente do 2.º trimestre de 2020

No 2.º trimestre de 2020, a população empregada ausente do trabalho na semana de referência foi estimada para a RAM em 34,6 mil pessoas, o que refletia as circunstâncias vividas no período mais restritivo em termos das medidas de combate à COVID-19. Não obstante, pelo facto do 3.º trimestre coincidir por norma com o período mais alargado de férias da maioria dos residentes na R.A. Madeira, a população empregada ausente do trabalho baixou significativamente para os 20,4 mil, voltando a cair no 4.º trimestre para os 16,9 mil. No 1.º trimestre de 2021, o número voltou a descer para os 16,2 mil, sendo superior em 20,9% ao do trimestre homólogo, o que é naturalmente um efeito da pandemia.

Fig.7 – População empregada ausente na semana de referência (2T2019-1T2021)



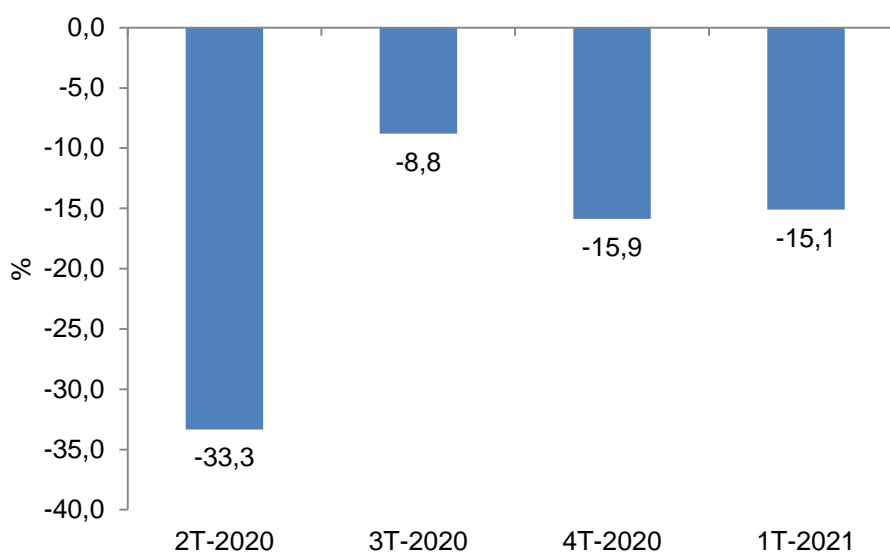
Embora não existam dados para a RAM sobre a razão da ausência - devido aos critérios de qualidade usados que não permitem a divulgação de dados com coeficiente de variação elevado - tal como sucede a nível nacional, o motivo deverá estar relacionado com a redução ou falta de trabalho, onde se inclui o layoff.



4.4 Horas efetivamente trabalhadas – Valor mais baixo da série foi registado no 2.º trimestre de 2020

No período compreendido entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021, o número de horas trabalhadas reduziu-se em 18,4% comparativamente ao ano pré-pandémico. Neste intervalo temporal, o número médio de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência atingiu um mínimo no 2.º trimestre de 2020 (23,6). No 1.º trimestre de 2021, esta média foi de 29,5 horas, inferior em 8,4% à do trimestre homólogo

Fig.8 – Taxa de variação homóloga do volume de horas efetivamente trabalhadas por semana



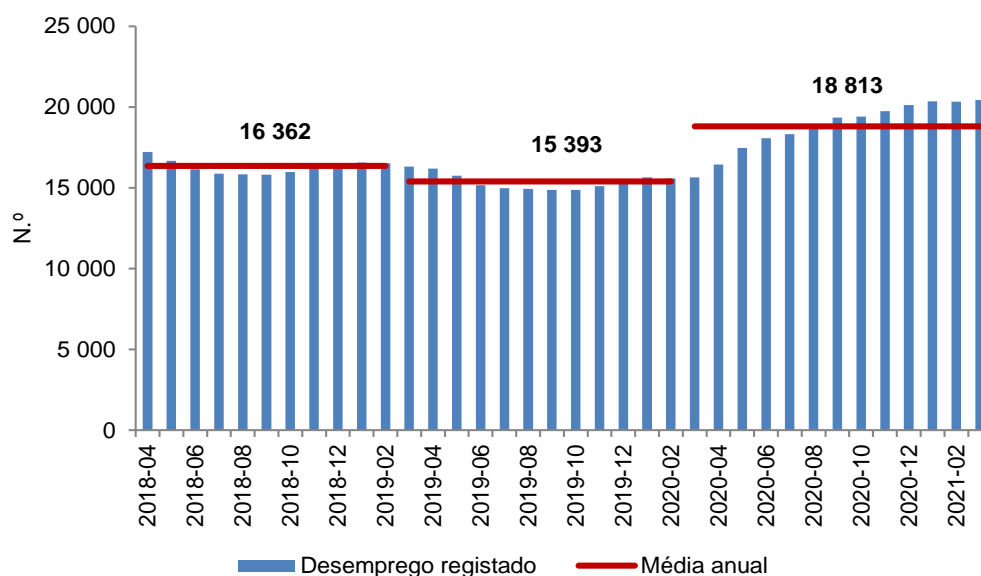
4.5 Desemprego registado manteve tendência ascendente até final do primeiro ano de pandemia

Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM), entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o número de desempregados inscritos – que tem subjacente um conceito diferente do usado no Inquérito ao Emprego – cresceu 29,9%, tendo ultrapassado a barreira dos 20 mil em dezembro de 2020. Contudo, os efeitos da pandemia também se notaram nas ofertas de emprego entre março de 2020 e fevereiro de 2021, que em termos médios estiveram 44,8% abaixo do nível do ano pré-pandémico. Por sua vez, tendo como referência os mesmos períodos, os pedidos de emprego cresceram 5,2%.

Sublinhe-se que os dados mais recentes, referentes a maio de 2021, apontam para a existência de 19 897 desempregados registados, dando sequência à queda iniciada em abril (20 188), depois do pico atingido em março (20 428, o valor mais elevado desde setembro de 2016). No que se refere às ofertas de emprego captadas ao longo do mês e pelo facto do mês de maio de 2020 ter sido bastante atípico, houve um crescimento de 170,8%, enquanto ao nível dos pedidos de emprego a variação homóloga foi de -40,6%.



Fig.9 – Desemprego registado, entre março de 2018 e fevereiro de 2021



4.6. Índice de Custo do Trabalho cresceu no 1.º trimestre de 2021 devido à redução das horas trabalhadas

O Índice de Custo do Trabalho (ICT), na Região, entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021 cresceu sucessivamente, em termos homólogos, sendo que uma das principais explicações para estes aumentos tem a ver com a redução das horas trabalhadas (um efeito das medidas restritivas para combate à COVID-19), cujo impacto foi especialmente elevado no 2.º trimestre de 2020, no qual o ICT subiu 19,6%. No 3.º e 4.º trimestres, o ICT cresceu 3,5% e 6,9%. No 1.º trimestre de 2021, este índice registou um incremento de 7,9%.

4.7 Layoff teve maior expressão em maio de 2020

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Regional da Inclusão Social e Cidadania (SRIC), o layoff no contexto COVID teve maior expressão no mês de maio com 3 497 estabelecimentos e 26 239 trabalhadores a beneficiarem deste regime. Os meses de junho e julho seguem-se com 2 056 estabelecimentos e 13 086, trabalhadores no primeiro caso, e 1 916 estabelecimentos e 13 679 trabalhadores, no segundo. Nos meses que se seguiram, apenas em setembro se ultrapassou a marca dos 10 mil trabalhadores (mais concretamente 12 204).

No ano de 2021, os valores têm oscilado, mas tiveram maior expressão em março, existindo neste mês 1 213 estabelecimentos em regime de layoff, abrangendo 8 497 trabalhadores. O mês mais recente para o



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

qual existe informação (junho de 2021), aponta para que aqueles números sejam de 754 e 5 893, respetivamente.

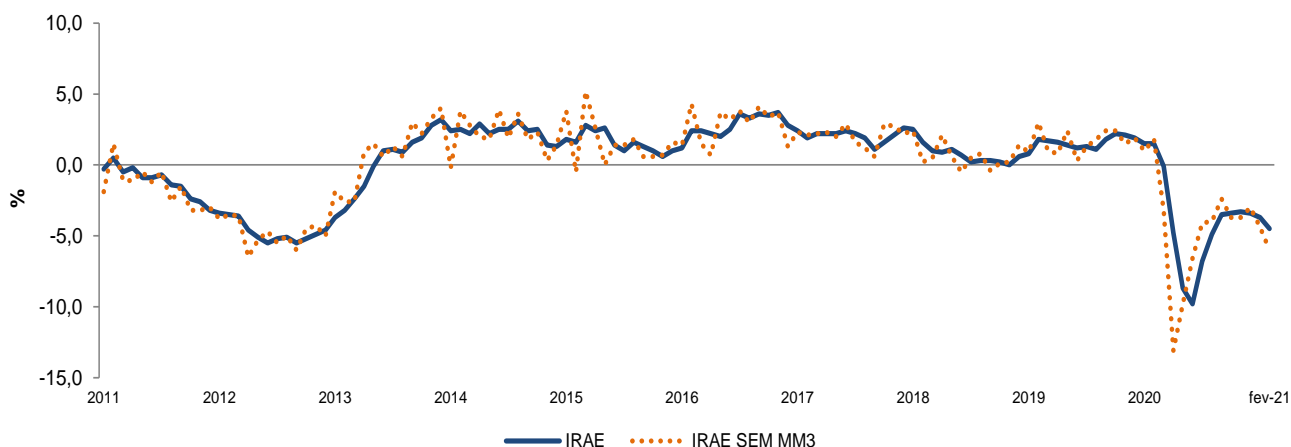
5. Indicador Regional de Atividade Económica – Economia no vermelho desde março de 2020

O Indicador Regional de Atividade Económica (IRAE) apresenta resultados negativos desde março de 2020 e que se foram agravando até junho. A partir de julho e até novembro, as quedas passaram a ser menos expressivas. Em dezembro, iniciou-se uma inversão, com o IRAE a se agravar. Contudo, os valores deste indicador são médias móveis de 3 meses, uma técnica que tem como objetivo reduzir a flutuação do indicador mas que numa circunstância de queda abrupta da economia como é o caso, dificulta a perceção do que está acontecer exatamente em cada mês. Assim, tal como no “Em Foco” anterior volta a ser apresentado, um gráfico onde consta uma linha para o IRAE sem média móvel. Neste último caso é notória a maior irregularidade, sendo que em 2020 é visível que o mês mais penalizado foi abril (no qual a economia esteve significativamente paralisada) e não junho, segundo a versão com média móvel (que corresponde à média dos valores de abril, maio e junho).

Embora o foco desta análise esteja no período de março de 2020 a fevereiro de 2021, é de referir que o IRAE de março de 2021 continua em queda, embora com recuperação face ao mês precedente.

Em qualquer caso, é bastante evidente que esta recessão económica gerada pela pandemia do COVID-19, embora possa vir a ser menos prolongada no tempo, foi mais expressiva que a ocorrida entre 2011 e 2013.

**Fig.10 – Indicador Regional de Atividade Económica
(com e sem média móvel de 3 meses)**



6. Comércio Internacional

6.1 Exportações caíram mais de 10%

Os dados preliminares do comércio internacional mostram que entre março de 2020 e fevereiro de 2021, as exportações caíram 10,3%, enquanto as importações recuaram 0,3%. De notar que o comércio internacional é apenas uma pequena fração de todo o comércio que a Região faz, a maior parte do qual é com o Continente. Além disso, uma parte substancial deste comércio está relacionada com empresas instaladas no Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), particularmente no caso das exportações (72,2% do total em 2019 segundo os últimos resultados disponíveis para este ano).

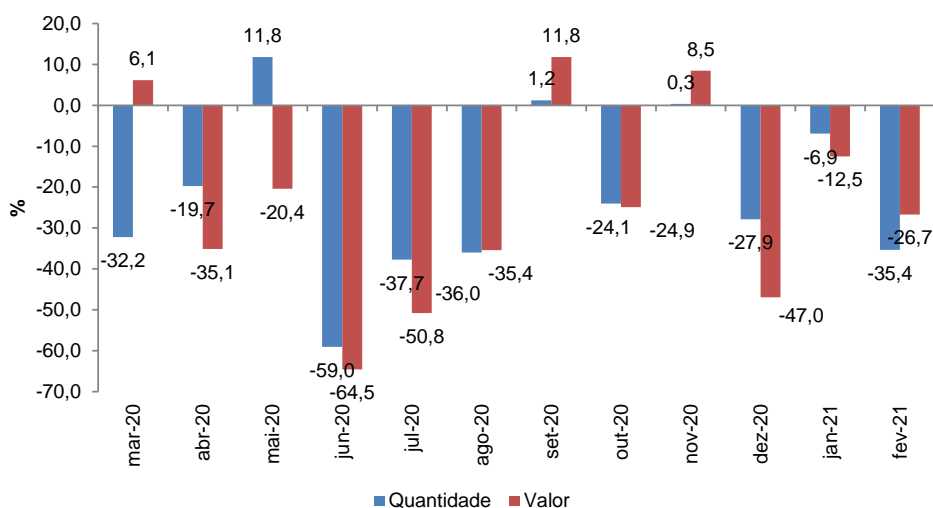
6.2 Comercialização de vinho Madeira com quebra significativa em quantidade e valor

Segundo os dados do IVBAM, IP, entre março de 2020 e fevereiro de 2021, as vendas de Vinho “Madeira” em quantidade diminuíram 22,2% em termos homólogos, com a quebra no valor a ser ainda mais acentuada, ascendendo aos 25,9%. O mês de junho foi o que registou piores resultados comparativamente ao ano anterior, com as quedas na quantidade e no valor a serem de 59,0% e 64,5%, respetivamente.

Junho, julho, agosto e dezembro foram meses particularmente penalizadores para a comercialização de vinho Madeira, enquanto setembro e novembro evidenciaram aumentos, particularmente no valor.

Os dados até maio de 2021 já estão disponíveis, sendo de assinalar o bom desempenho do mês de março de 2021, com um crescimento de 63,8% nas quantidades comercializadas e de 22,0% no valor de venda. Os valores de ambas as variáveis são inclusivamente superiores ao de março de 2019. Em abril e maio de 2021, o valor de venda superou a marca dos mesmos meses de 2020, ficando abaixo dos homólogos de 2019.

Fig.11 – Evolução homóloga da comercialização de vinho “Madeira”



7. Construção e Habitação

7.1 Número de edifícios licenciados aumentou comparativamente ao ano pré-pandémico

Apesar dos primeiros meses de pandemia terem afetado o licenciamento de edifícios, a variável recuperou a partir de junho e até outubro. Entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, o número de licenças apenas superou o do mês homólogo em dezembro. No cômputo geral, no período de março de 2020 a fevereiro de 2021, o número de edifícios licenciados ascendeu a 434, crescendo 6,9%.

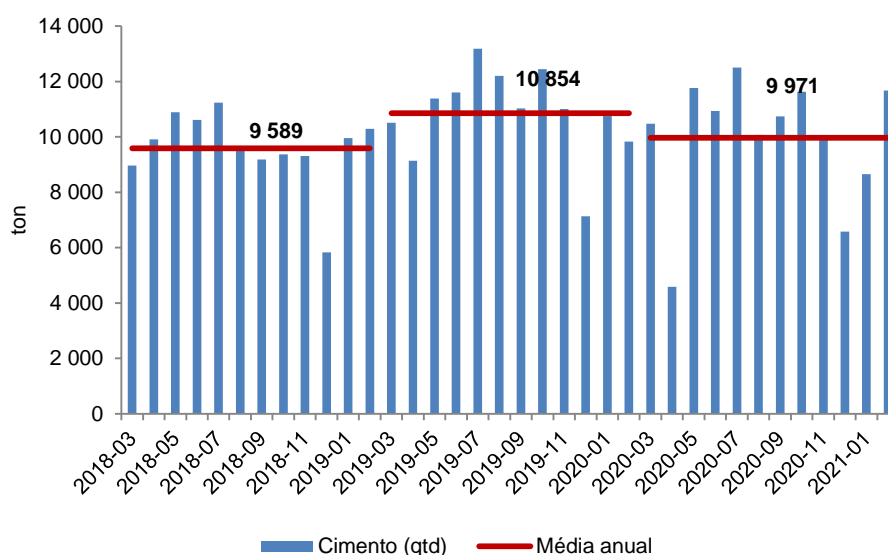
Os dados de março e abril de 2021 já estão disponíveis, sendo que no primeiro caso registou-se o número mais elevado (55) desde 2009 e no segundo caso, um máximo (35) desde 2012.

7.2 Comercialização de cimento caiu

Entre março de 2020 e fevereiro de 2021, a quantidade comercializada de cimento caiu 8,1%, enquanto o valor de vendas recuou 12,5%. Abril foi o mês com o maior recuo na quantidade comercializada face ao mesmo mês do ano anterior (-49,8%), sendo que desde o início da pandemia em 2020, apenas em maio se verificou um aumento homólogo (+3,3%), enquanto em todos os outros meses desse ano houve decréscimos. Em 2021, janeiro foi marcado por uma diminuição de 19,5%, enquanto em fevereiro registou-se um crescimento de 18,8%.

Em março de 2021, este crescimento foi reforçado (+36,4%). Em abril de 2021, e dado o valor muito baixo de comercialização no mês homólogo, o aumento foi de 170,4%, variação que se normalizou em maio (+21,2%).

Fig.12 – Quantidade comercializada de cimento (março de 2018 a fevereiro de 2021)



7.3 Prestação média no crédito à habitação ficou mais baixa devido a medidas governamentais de combate à crise

Entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o valor médio da prestação vencida para o conjunto dos contratos de crédito à habitação caiu 43 euros, que se repartem entre 33 euros no que se refere à amortização e 10 euros nos juros. A taxa de juro implícita no crédito de habitação passou de 0,950% em março de 2020 para 0,747% em fevereiro de 2021, mês no qual a prestação média se fixava em 228 euros (192 euros de amortizações e 36 euros de juros)

A descida dos valores iniciada entre abril e julho – sendo que os valores estabilizaram desde então – deverá estar associada às alterações decorrentes do regime de moratória, estabelecido no Decreto-Lei nº10-J/2020. A moratória suspende, pelo prazo de seis meses, o pagamento, total ou parcial, da prestação mensal das famílias com o crédito à habitação.

Sublinhe-se que em maio de 2021, o valor médio da prestação vencida para o conjunto dos contratos de crédito à habitação fixava-se em 236 euros, mais 8 euros que em fevereiro do mesmo ano.

7.4 Pandemia não afetou valores do mercado de habitação

A evolução entre março de 2020 e fevereiro de 2021 da avaliação bancária de habitação na RAM mostra que o preço por m² não sofreu, aparentemente, um impacto negativo da pandemia, com o valor mediano de avaliação bancária de habitação a crescer 3,8% e a se constituir como o mais elevado dos últimos dez anos, período para o qual esta série de dados está disponível.

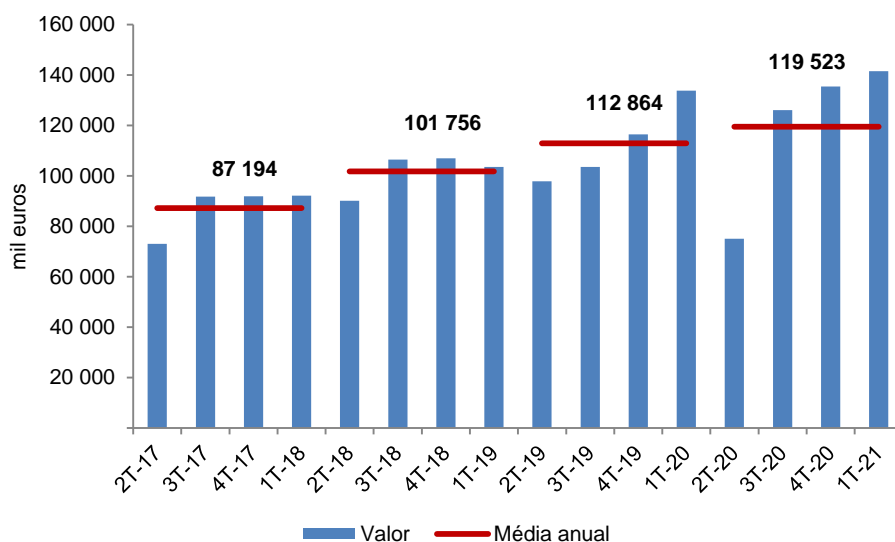
7.5 Venda de alojamentos com recordes no primeiro ano da pandemia

Depois de no 2.º trimestre de 2020 – no qual o impacto económico da pandemia foi maior – a venda de alojamentos familiares ter recuado 28,7% e 23,3% em termos homólogos, no que respeita ao número e ao valor, o 3.º trimestre trouxe uma forte recuperação, com aumentos face ao mesmo trimestre do ano anterior de 10,2% em número e de 21,8% em valor. Os crescimentos continuaram nos dois trimestre seguintes, com o número de alojamentos (926) vendidos no 4.º trimestre a constituir um recorde. No caso do valor, o máximo foi atingido no 1.º trimestre de 2021 (141,5 milhões de euros).

No período que medeia entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021, transacionaram-se 3 224 alojamentos, praticamente os mesmos que no ano pré-pandémico (3 225), com o valor dos mesmos a crescer 5,9%.



Fig.13 – Valor da venda de alojamentos familiares (2.º trimestre de 2017 ao 1.º trimestre de 2021)



8. Empresas – Na 1.ª quinzena de fevereiro de 2021, 62% das empresas reportaram um volume de negócios igual ou superior ao registado durante o primeiro confinamento

O INE e o Banco de Portugal (BdP) criaram um inquérito rápido e excecional para acompanhamento dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas empresas, cuja última edição é referente à semana de 12 a 21 de fevereiro de 2021.

Os dados mais relevantes desta edição do COVID-IRAE são os seguintes, por domínio:

Análise da situação económica e financeira das empresas

- 95% das empresas respondentes mantinham-se em produção ou em funcionamento, mesmo que parcialmente, na 1.ª quinzena de fevereiro de 2021. Comparativamente ao confinamento de abril (1.ª quinzena) verifica-se um diferencial positivo de 29 pontos percentuais (p.p.);
- 78% das empresas referiram uma redução no volume de negócios na 1.ª quinzena de fevereiro de 2021, face ao registado no mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia. A redução foi superior a 50% para 28% das empresas. 19% referiram que o volume de negócios manteve-se inalterado. De notar que no primeiro confinamento, 89% das empresas identificaram uma redução no volume de negócios, ou seja há uma diferença de -11 p.p.;
- Admitindo o controlo efetivo da pandemia em 2021, 38% das empresas consideram que o volume de negócios voltará ao normal. Em média, estas empresas estimam que o retorno à normalidade ocorra num período médio de 13,1 meses;
- 9% das empresas, as quais registaram uma redução do volume de negócios na 1.ª quinzena de fevereiro, não preveem o retorno à normalidade. Recorde-se que para 22% das empresas, o volume de



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

negócios na 1.^a quinzena de fevereiro de 2021 já se situava em níveis iguais ou superiores aos registados no mesmo período do ano anterior, antes dos efeitos da pandemia;

- Na 1.^a quinzena de fevereiro de 2021, 40% das empresas reportaram um volume de negócios igual ao registado durante o primeiro confinamento (1.^a quinzena de abril de 2020) e 22% referiram estar acima;
- 85% das empresas com um volume de negócios acima do nível observado durante o primeiro confinamento, indicaram como motivo mais relevante para esta evolução o facto das atuais medidas de contenção terem um menor impacto direto sobre a atividade da empresa. A adoção de estratégias de adaptação à situação pandémica foi considerado um motivo muito relevante por 50% das empresas;
- Na 1.^a quinzena de fevereiro de 2021, 83% das empresas que tiveram um volume de negócios abaixo do nível observado durante o primeiro confinamento, indicaram como motivo muito relevante o facto das atuais medidas de contenção terem um maior impacto direto sobre a atividade da empresa. O facto de o nível atual de encomendas/clientes ser inferior foi apontado por 82% das empresas;
- 11% das empresas utilizaram canais alternativos de contacto com os clientes durante a 1.^a quinzena de fevereiro de 2021. Para estas empresas, o peso médio do volume de negócios gerado via canais alternativos aumentou de 11% antes da pandemia, para 16% durante este período. Em contraste, 57% das empresas não utilizaram canais alternativos de contacto com clientes porque a sua atividade não o permite. 32% das empresas não utilizaram canais alternativos por outros motivos;
- 32% das empresas beneficiam atualmente da moratória ao pagamento de juros e capital de créditos já existentes. O acesso a novos créditos com juros bonificados ou garantias foi referido por 31% das empresas, a mesma percentagem daquelas que recorreram ao apoio à retoma progressiva/apoio simplificado para microempresas. 15% declararam o recurso ao *layoff*. A grande maioria das empresas que beneficiam das medidas avaliou-as como muito importantes para a sua situação de liquidez;
- Na ausência de medidas adicionais de apoio e nas circunstâncias atuais, 13% menos de dois meses, 22% entre três a seis meses e 65% por um período superior a seis meses. Na altura do primeiro confinamento esta última percentagem era de 31%;
- 21% das empresas beneficiaram das medidas de apoio e referiram que, num cenário de ausência de medidas desde o início da pandemia, encontrar-se-iam em atividade com elevada probabilidade, a mesma percentagem daquelas que ainda se encontrariam em atividade apenas com alguma probabilidade. Por outro lado, 17% das empresas beneficiaram das medidas e não se encontrariam em funcionamento num cenário de ausência de medidas de apoio. 40% das empresas referiram não ter beneficiado de medidas de apoio desde o início da pandemia.

Análise da situação laboral das empresas

- 65% das empresas não registaram qualquer impacto da pandemia no pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar na 1.^a quinzena de fevereiro de 2021, face ao mesmo período do ano



anterior. Estas empresas correspondem a 32% do total do pessoal ao serviço das empresas respondentes;

- 34% das empresas (representando 54% do pessoal ao serviço das empresas respondentes) referiram uma redução no pessoal efetivamente a trabalhar na 1.^a quinzena de fevereiro. A redução do pessoal foi superior a 50% apenas para 12% das empresas. No primeiro confinamento, 73% das empresas referiram uma redução do pessoal;
- 57% das empresas que beneficiam atualmente das medidas de *layoff* ou apoio à retoma progressiva (15% e 31% do total de empresas respondentes, respetivamente) tinham mais de 75% dos trabalhadores nestas condições, na 1.^a quinzena de fevereiro de 2021;
- Das empresas que beneficiaram do *layoff* / apoio à retoma progressiva na 1.^a quinzena de fevereiro de 2021, 47% registaram um número de trabalhadores nestes regimes igual ao registado durante o primeiro confinamento (1.^a quinzena de abril de 2020);
- 37% das empresas respondentes tinham pessoas em teletrabalho na 1.^a quinzena de fevereiro, sendo que 12% das empresas tinham mais de 50% do pessoal ao serviço efetivamente a trabalhar nesse regime.
- Das empresas com pessoal em teletrabalho na 1.^a quinzena de fevereiro de 2021, 69% reportaram um número de trabalhadores neste regime igual ao registado durante o primeiro confinamento (1.^a quinzena de abril de 2020).

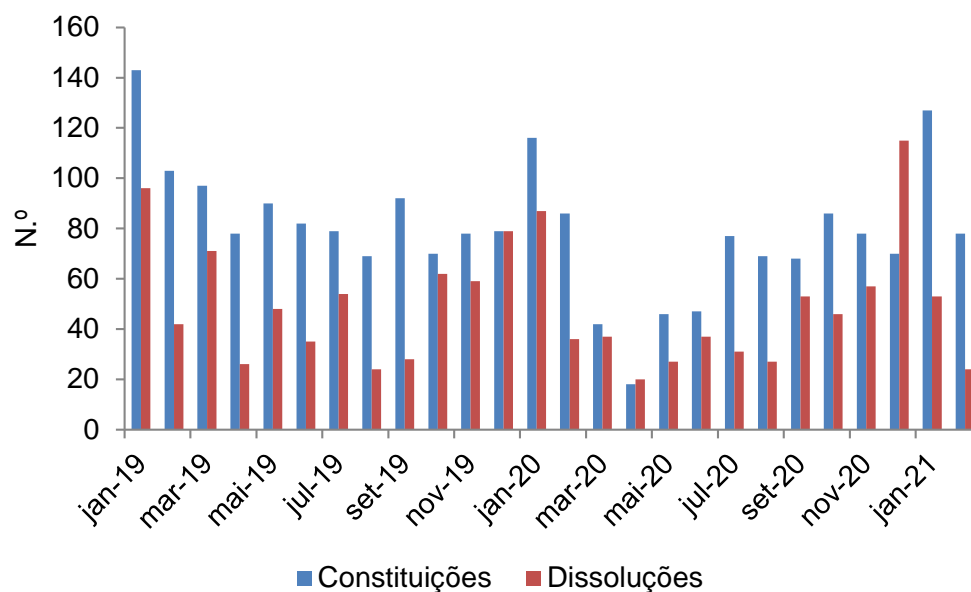
9. Sociedades constituídas e dissolvidas – Pandemia não impediu saldo positivo na constituição e dissolução de sociedades

Os dados fornecidos pela Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ) ao INE mostram que entre março de 2020 e fevereiro de 2021, apesar da pandemia, houve um saldo positivo (+279) entre constituições e dissoluções, mas os números subjacentes a este saldo evidenciam uma menor dinâmica nas constituições e dissoluções do que no ano pré-pandémico. Comparativamente a este ano, observaram-se menos 210 constituições e menos 82 dissoluções, facto que reflete o impacto das restrições económicas resultantes da pandemia COVID-19, particularmente no 2.^o trimestre. O saldo do ano pré-pandémico foi pois superior (407 sociedades). Em 2020, por mês, constata-se que abril foi o mês de maior paralisação com apenas 18 sociedades constituídas e 20 dissolvidas. De notar que em dezembro verificou-se o valor mais elevado de dissoluções dos últimos 5 anos (115).

O número de constituições em março, abril e maio de 2021 foi substancialmente superior ao dos meses homólogos de 2020 e inclusivamente de 2019, apresentando saldos positivos (entre constituições e dissoluções) de 97, 60 e 71 sociedades.



**Fig.14 – Sociedades constituídas e dissolvidas na RAM, por mês
(janeiro 2019 – fevereiro 2021)**



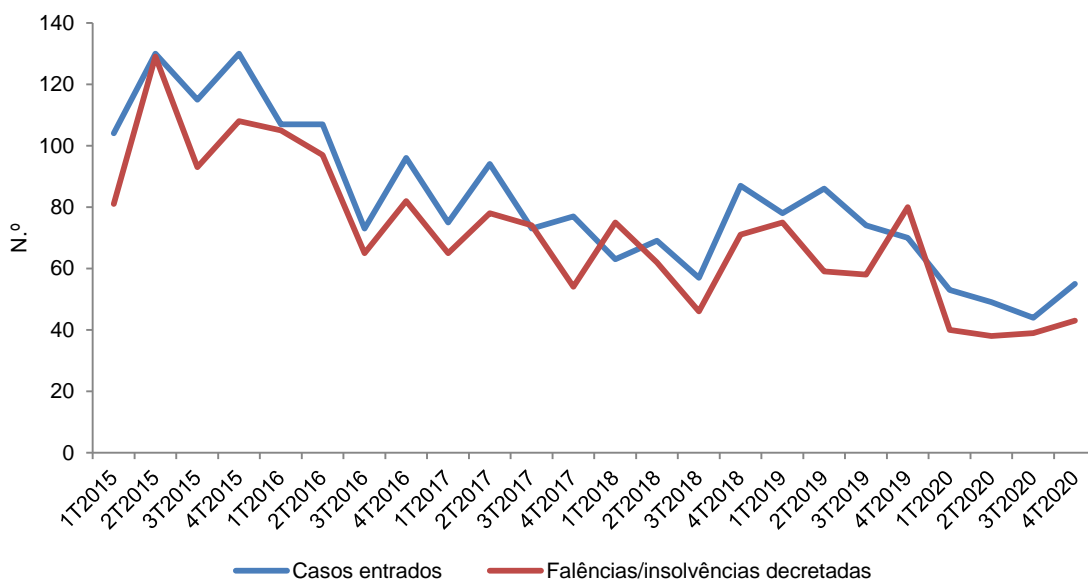
10. Falências/Insolvências – Pandemia ainda sem efeitos visíveis

De acordo com a informação da Direção Geral de Política de Justiça (DGPJ), o número de processos entrados na Comarca da Madeira relacionados com processos de falência, insolvência e recuperação de empresas diminuiu de 49 no 2.º trimestre de 2020 para 44 processos no 3.º trimestre de 2020, constituindo este valor o mais baixo, pelo menos desde o 1.º trimestre de 2015, o primeiro para o qual estão disponíveis dados para a RAM. No 4.º trimestre, o número cresceu para 55, mantendo-se contudo a um nível inferior ao do trimestre homólogo (70 processos).

No caso das falências/insolvências decretadas o mínimo é o valor do 2.º trimestre de 2020 (38), embora o valor do 3.º trimestre seja também muito baixo (39). No 4.º trimestre de 2020 contabilizaram-se 43 falências/insolvências decretadas, o que compara com as 80 do mesmo trimestre de 2019.



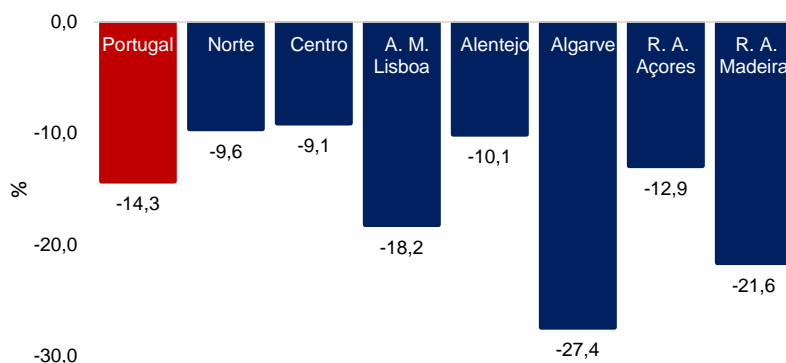
Fig.15 – Casos entrados e falências/insolvências decretadas, por trimestre (1.ºT15 – 4.ºT20)



11. E-fatura – Valor faturado na Região diminuiu 21,6% em termos homólogos

Segundo a informação disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), relativa ao sistema E-fatura e ao período entre março até dezembro de 2020, o valor da faturação na Região Autónoma da Madeira (RAM) registou um decréscimo em termos homólogos de cerca de 21,6%, uma queda superior à observada a nível nacional (-14,3%) em 7,3 pontos percentuais (p.p.), sendo a R.A. Madeira a segunda região mais afetada depois do Algarve (-27,4%). A média nacional fixou-se nos -14,3%.

Fig.16 – Taxa de variação homóloga do valor faturado (março a dezembro de 2019/2020)



Se se dividir o período em análise em dois subperíodos: de março a julho (que coincidiu parcialmente com medidas mais restritivas de combate à pandemia, nomeadamente com confinamento da população) e de agosto a dezembro de 2020, verifica-se que a queda homóloga no valor de faturação foi superior no primeiro período (-25,2%) comparativamente ao segundo (-18,2%). Em ambos os subperíodos, a RAM registou um desempenho mais negativo do que a média nacional, em 6,3 p.p. e 8,4 p.p., respetivamente.

A desagregação segundo os ramos de atividade mostra que, entre março e dezembro de 2020, as “Atividades de alojamento” (-73,3%), as “Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas” (-57,1%) e as “Atividades administrativas e de apoio” (-50,1%) apresentaram as maiores quedas nos valores de faturação comparativamente ao mesmo período de 2019, que nos referidos ramos ficaram abaixo dos 50% do valor contabilizado entre março e dezembro de 2019.

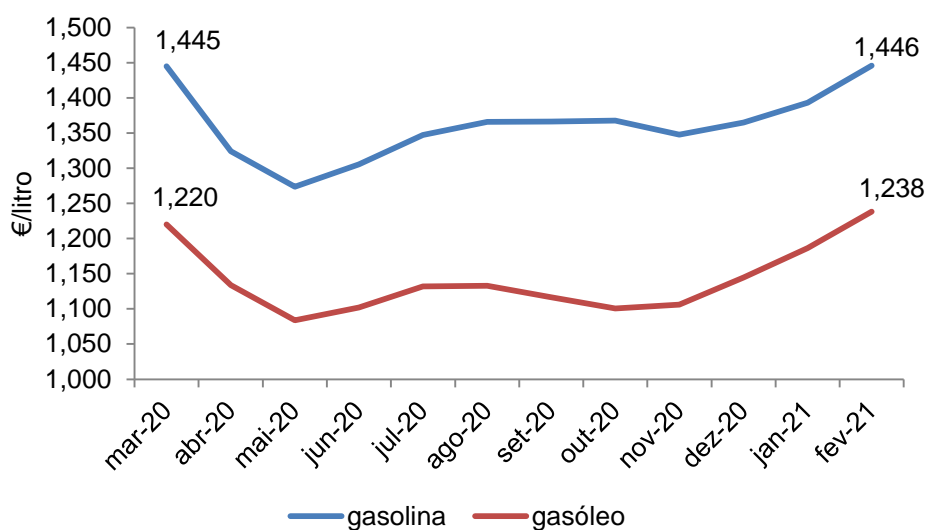
12. Introdução no consumo de combustíveis – Quantidades introduzidas no consumo dos principais combustíveis com queda assinalável

Segundo os dados fornecidos pela Alfândega do Funchal, no período compreendido entre março de 2020 e fevereiro de 2021, as quantidades introduzidas dos principais combustíveis (gasóleo e gasolina) recuaram 20,6% face ao período homólogo. Neste ano, as quebras começaram em março (-19,1%), depois de crescimentos em janeiro e fevereiro. Em abril, a redução foi bastante mais acentuada (-59,8%), tendo-se posteriormente desagravado em maio (-32,7%) e junho (-20,8%), embora mantendo o registo negativo. Julho, agosto e outubro foram meses em que as quebras foram também superiores a 10%. Janeiro e fevereiro de 2021, meses em que as restrições à mobilidade se acentuaram, bem como o recurso ao teletrabalho, trouxeram quedas assinaláveis na introdução do consumo de combustíveis com recuos de 27,4% no primeiro mês de ano e de 19,8% no segundo.

Entre março de 2020 e fevereiro de 2021, o preço dos principais combustíveis registou duas tendências de fundo distintas: decresceu até maio e desde junho aumentou (com a exceção de novembro no gasóleo e de outubro na gasolina). Assim, comparando a situação no início e no final do período referido, constata-se que o preço do gasóleo está mais alto (1,238€ em fevereiro de 2021 contra 1,220€ em março de 2020, sendo que na gasolina, a diferença é de apenas 0,001€ (1,446€ em fevereiro de 2021 e 1,445€ em março de 2020).



Fig.17 – Média dos preços máximos dos principais combustíveis



De referir que em março, a introdução no consumo de combustíveis, depois de doze meses sucessivos de decréscimo teve um incremento de 5,5%, enquanto os preços prosseguiram a trajetória ascendente (1,302€ no gasóleo e 1,515€ na gasolina).

13. Emissão de energia elétrica – Primeiro ano de pandemia com queda homóloga de 9,1%

Segundo os dados disponibilizados pela EEM, SA, a emissão de energia elétrica diminuiu 9,1% entre março de 2020 e fevereiro de 2021 e o período homólogo. Com efeito, atendendo aos dados mensais, as reduções foram particularmente acentuadas a partir de abril, com uma quebra de 17,0% neste mês. Entre maio (-15,8%) e setembro (-5,1%) as quedas foram sendo progressivamente menores, para em outubro crescerem novamente (-7,2%). Contudo, dezembro, o mês do Natal, teve a quebra menos significativa (-4,8%) desde abril. Em janeiro de 2021, a redução foi semelhante (-5,1%), para em fevereiro chegar aos dois dígitos (-13,1%).

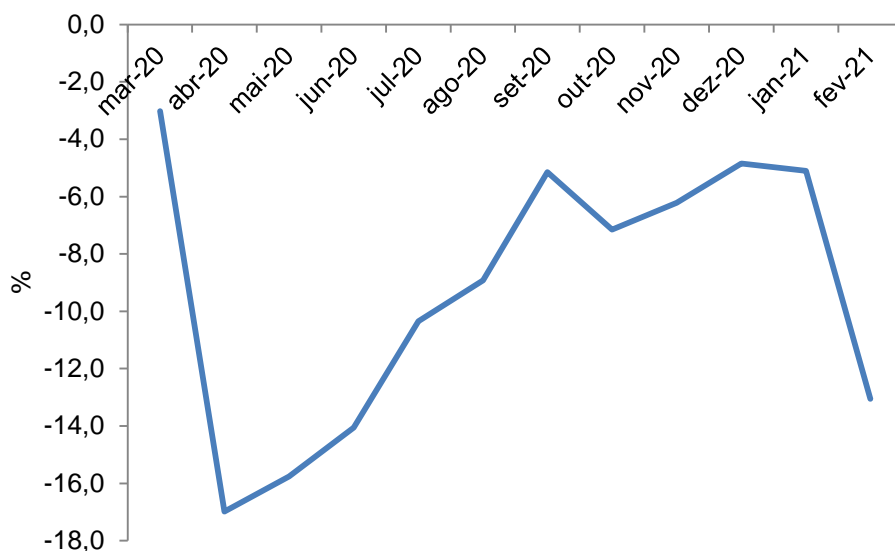
Nos meses mais recentes, março teve uma redução de 5,0%, para em abril e maio, se inverter a tendência com crescimentos na casa dos 11% (11,7% e 11,2%, respetivamente).



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Fig.18 – Variação homóloga da emissão de energia elétrica (março de 2020 a fevereiro de 2021)

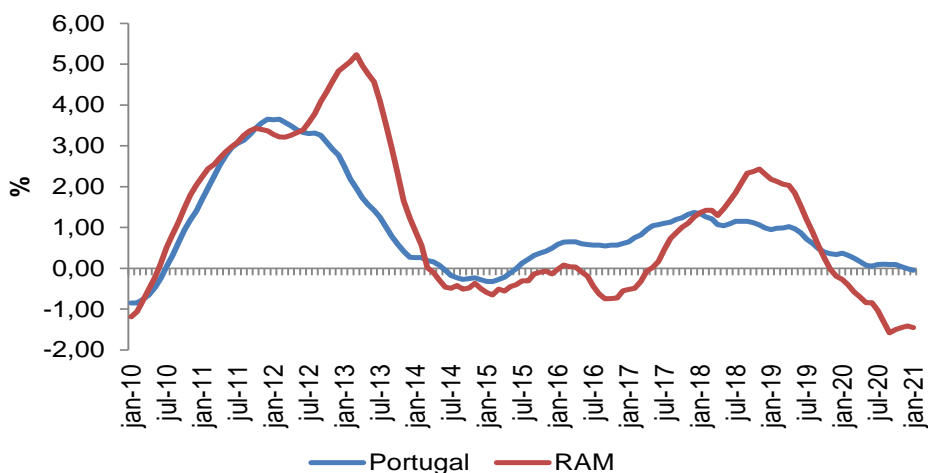


14. Índice de Preços no Consumidor – Taxa de inflação acentuou tendência negativa durante o primeiro ano de pandemia

A taxa de inflação em fevereiro de 2021 (variação média dos últimos 12 meses) foi de -1,4%, o valor mais baixo do século, para o mês de fevereiro. Este indicador decresceu entre março (-0,6%) e setembro de 2020 (-1,6%), recuperando desde então (com exceção de janeiro de 2021).

Os dados de maio de 2021 já estão disponíveis, apontando para continuidade do crescimento do valor da taxa de inflação, que contudo permanece negativa e fixada nos -1,0%.

Fig.19 – Taxa de variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor – Portugal e RAM



Direção Regional de Estatística da Madeira

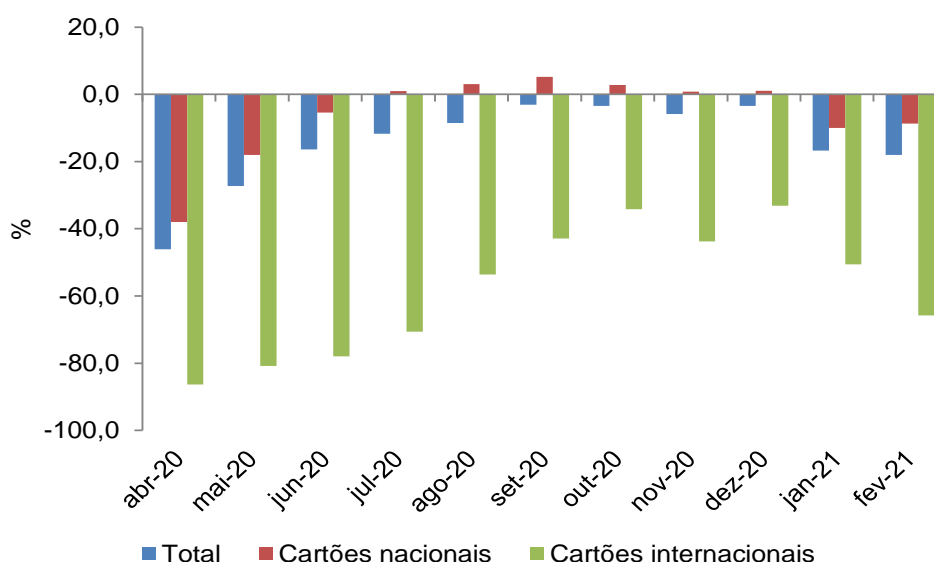
"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

15.Sector monetário e financeiro

15.1 Rede Multibanco – Valor dos levantamentos adicionados das compras através de terminais de pagamento automático caiu 14,2%

Segundo os dados fornecidos pela empresa SIBS, o agregado dos levantamentos e das compras através de terminais de pagamento automático (TPA) registou uma quebra de 14,2% no período de março de 2020 a fevereiro de 2021 comparativamente ao ano pré-pandémico. Os meses onde as quebras foram maiores e na casa dos dois dígitos foram entre março e julho, com destaque para abril (-46,1%). Em janeiro e fevereiro de 2021, as quedas voltaram a superar os 15% (-16,7% e -18,1%, respetivamente), para em março de 2021, se verificar o primeiro crescimento (+12,7%), depois de 12 meses consecutivos de quebras. Com o impacto da pandemia do COVID-19 a ser particularmente marcante no turismo, no primeiro ano pandémico, os levantamentos e compras feitos com cartões internacionais (-56,1%) sofreram quedas substancialmente maiores do que no caso dos cartões nacionais (-6,1%). Em ambos os casos, foi também em abril que se verificaram as maiores quebras, de 86,3% e 38,0%, pela mesma ordem. Para os cartões internacionais, depois de a pandemia ter chegado à Região, as reduções foram sempre superiores a 30%, atingindo um mínimo em dezembro (-33,2%). Em janeiro (-50,6%) e fevereiro (-65,8%) de 2021, as quedas agravaram-se. No caso dos cartões nacionais, entre março e junho registaram-se reduções, mas a variável manteve-se resiliente até final de 2020, com crescimentos ligeiros que tiveram um expoente em setembro (+5,2%). Em janeiro e fevereiro, este indicador voltou a terreno negativo, com diminuições de 10,0% e 8,7%, respetivamente.

Fig. 20 – Taxa de variação homóloga dos levantamentos agregados aos pagamentos através de TPA, por tipo de cartão



15.2 Empréstimos da banca a sociedades não financeiras a crescer

Segundo os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal relativos ao saldo dos empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (SNF) com sede na RAM, observa-se que entre março de 2020 e fevereiro de 2021 este saldo cresceu 24,0%, confirmando o previsível recurso ao endividamento por parte das empresas, face ao contexto económico bastante desfavorável. O valor de fevereiro de 2021, que ronda os 1 951 milhões de euros, é o mais elevado desde janeiro de 2017.

Quanto ao número de sociedades não financeiras devedoras, o mesmo fixava-se em fevereiro de 2021 em 5,3 mil, o que compara com 3,6 mil em março de 2020.

Contudo em termos de crédito vencido, a tendência no primeiro ano de pandemia foi de redução, com o rácio de crédito vencido a passar de 6,6% em março de 2020 para 3,6% em fevereiro de 2021.

16. Transportes – Movimento de passageiros caiu em todos os modos de transporte

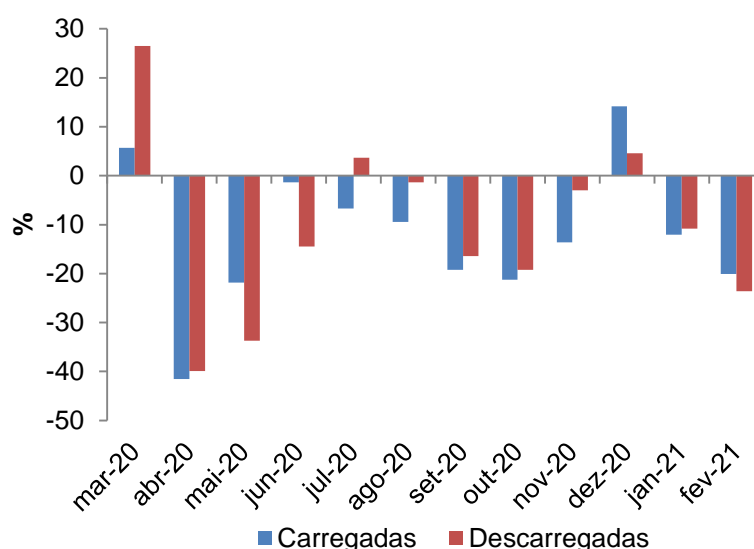
Desde cerca de meados de março de 2020 que os portos da Região praticamente deixaram de receber navios de cruzeiro, com duas exceções, uma em outubro (escala em que a embarcação transportava 31 passageiros) e outra em novembro (sem passageiros). Em termos globais a redução dos passageiros em trânsito nos navios de cruzeiro entre março de 2020 e fevereiro de 2021, comparativamente ao período homólogo foi de 96,2%, ficando-se pelos 22,0 mil, quase todos respeitantes ao início de março de 2020. Na linha Madeira-Porto Santo, as perdas no primeiro ano de pandemia foram de 34,4% em termos homólogos. Com efeito, em abril de 2020, a redução foi quase total (apenas 173 passageiros nos dois sentidos), com as quedas em maio e junho, a ascenderem aos 78,1% e 41,4%, respetivamente. Até fevereiro de 2021, apenas setembro apresentou uma variação positiva (+3,7%).

Quanto ao movimento de mercadorias nos portos da Região, no período em análise (março de 2020 a fevereiro de 2021), houve uma redução de 11,4%. Por mês, abril (-40,1%) e maio (-32,5%) foram aqueles onde a redução foi mais expressiva e no resto do período apenas julho (+2,3%) e dezembro (+5,6%) escaparam ao registo de variações homólogas negativas, que continuaram em janeiro (-11,0%) e fevereiro de 2021 (-23,1%).

Em março de 2021, permaneceu a tendência negativa (-20,3%).



Fig. 21 – Taxa de variação homóloga do movimento de mercadorias nos portos regionais



A entrada de iates nas marinas da Região também sofreu um impacto negativo com a pandemia. Entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021 entraram nas marinas da RAM 967 embarcações e 2 332 tripulantes e passageiros, o que traduz reduções de 52,5% e de 55,4%, respetivamente, face ao período homólogo. O trimestre mais fraco no ano pandémico foi o 2.º trimestre de 2020 em que o número de embarcações de recreio entradas não chegou a 100 (93).

Nos aeroportos da RAM, as medidas restritivas para contenção do COVID-19 também tiveram um impacto fortíssimo. Com efeito, o movimento de passageiros (embarcados, desembarcados e em trânsito) nos dois aeroportos da RAM, entre março de 2020 e fevereiro de 2021, reduziu-se em mais de três quartos (77,1%). Por mês, as quebras maiores registaram-se em abril e maio, nos quais se contabilizaram valores praticamente simbólicos (371 e 1 839 passageiros, respetivamente). Estas diminuições atenuaram-se progressivamente até outubro (-57,9%) tendo-se, por comparação, acentuado em novembro (-77,6%) e dezembro (-68,6%). Em janeiro (-76,6%) e fevereiro (-90,1%), as quedas foram também vertiginosas.

Já nos primeiros meses do segundo ano de pandemia (março, abril e maio), verificou-se uma queda em março de 2021 (-71,7%), mas abril e maio apresentam variações positivas percentualmente muito elevadas, fruto do facto de em abril e maio de 2020, os valores terem sido residuais, como acima referido.

Nos transportes terrestres, as carreiras urbanas perderam 43,9% dos passageiros entre março de 2020 e fevereiro de 2021, ou seja, houve uma redução de 7,6 milhões de passageiros transportados nestas carreiras. Por mês, abril de 2020 liderou as quebras (-83,8%), seguido de maio (-72,3%). Até outubro (-24,0%), as reduções homólogas foram-se atenuando, tendo crescido em novembro (-25,6%) e em



dezembro (-29,9%). Em janeiro e fevereiro de 2021, agora já tendo em conta os dois tipos de carreira (urbana e interurbana), as reduções foram de 47,5% e 46,4%, respetivamente.

Em março de 2021 e estabelecendo a comparação com o primeiro mês de pandemia (março de 2020), houve uma diminuição muito menos significativa (-4,8%).

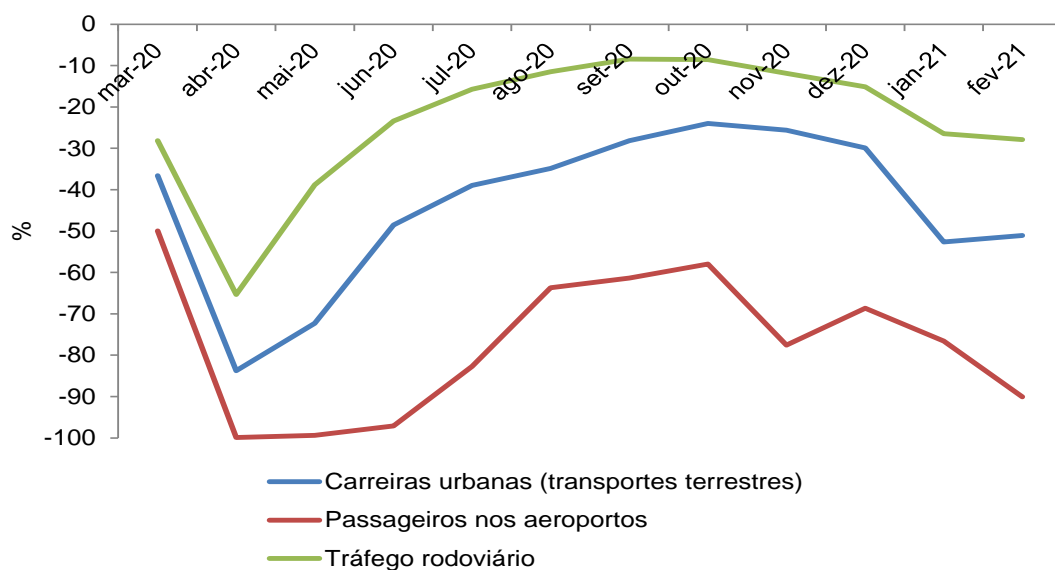
As medidas restritivas para controlo da pandemia tiveram contudo um efeito positivo na redução dos acidentes de viação, com aqueles acidentes onde se contabilizaram vítimas a diminuírem 27,8% no primeiro ano de pandemia (março de 2020 a fevereiro de 2021), quando comparado com o homólogo. Setembro foi o único mês desse período com um valor mais elevado do que no ano anterior.

O tráfego rodoviário na Via Expresso e Via Litoral também sofreu uma redução durante o primeiro ano de pandemia, que se fixou em -23,1% em termos homólogos. Abril, mês no qual as restrições foram mais severas, registou uma diminuição face ao mesmo mês de 2019 de 65,3%, enquanto em maio essa quebra foi de 38,8%. As reduções atenuaram-se progressivamente até setembro (-8,4%) para crescerem a partir daí e até fevereiro de 2021 (-27,9%).

Em março, houve uma reversão do sinal da variação homóloga, com o tráfego rodoviário na Via Expresso e Via Litoral a crescer 13,8%.

Nos teleféricos – que dependem largamente da atividade turística – a pandemia teve também um efeito arrasador, com o número de bilhetes vendidos entre março de 2020 e fevereiro de 2021 a afundar 84,2%, percentagem que foi ainda maior nas receitas (-86,4%).

Fig. 22 – Taxa de variação homóloga dos passageiros nas carreiras urbanas, nos aeroportos e do tráfego rodoviário



17. Turismo – Pandemia teve impacto devastador no sector

No domínio do Turismo, depois de um início de 2020 auspicioso, seguiu-se uma queda de cerca de 50% em março, assistindo-se nos meses de abril e maio à quase neutralização da atividade turística, com o número de dormidas no alojamento turístico coletivo a rondar os 4,0 mil e os 5,0 mil respetivamente. Com uma recuperação lenta e progressiva nos meses seguintes, outubro acabou por ser o que registou maior atividade turística no respetivo ano, não obstante a quebra de 58,4%. Novembro trouxe uma aceleração das perdas (-74,2%), que voltou a ser atenuada em dezembro (-66,1%). Em janeiro, houve novo agravamento (-77,5%), com o indicador ainda a se deteriorar em fevereiro (-90,0%).

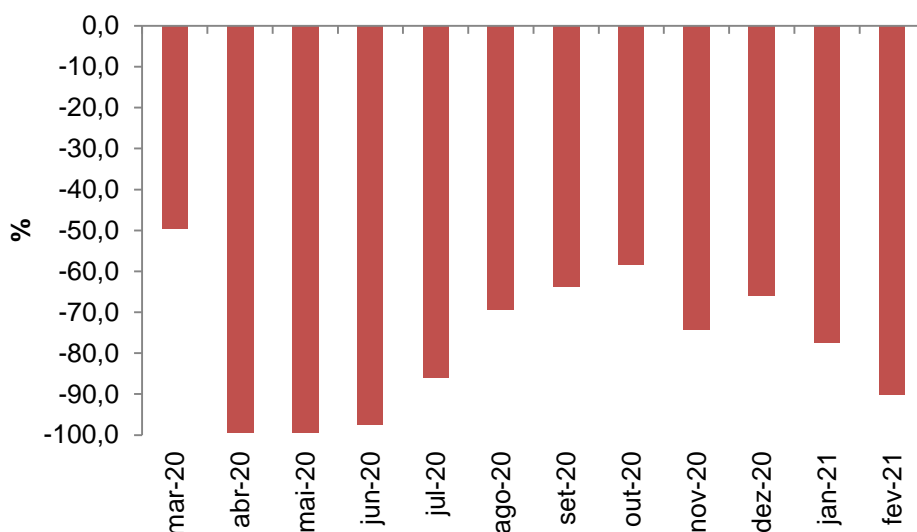
Em termos globais, o primeiro ano pandémico (março de 2020 a fevereiro de 2021) significou a perda de mais de três quartos (-77,9%) das dormidas observadas na RAM, ou seja, registaram-se apenas 1,8 milhões de dormidas, menos 6,4 milhões de que nos 12 meses anteriores.

Os proveitos totais e de aposento sofreram também retrocessos marcantes (-79,0% e -79,2%, respetivamente, em termos de variação homóloga).

No primeiro ano de pandemia, a taxa de ocupação registou o valor mais alto em setembro (30,9%), mas mesmo neste mês houve uma queda homóloga de 34,9 pontos percentuais.

Considerando o período entre março de 2020 e fevereiro de 2021, em termos de RevPAR, o valor mais elevado ocorreu em agosto (23,06€), mas apresentando uma diminuição homóloga de 61,0%.

Fig. 23 – Taxa de variação homóloga das dormidas no alojamento turístico coletivo



Em março de 2021, a variação homóloga manteve-se negativa (-74,4%), com os meses de abril e maio a registarem crescimentos muito pronunciados, o que se explica pelos valores residuais dos meses de 2020. De qualquer modo, as dormidas de abril e maio de 2021 estão muito abaixo dos valores pré-pandemia.

18. Mobilidade da população – Percentagem de população que ficou em casa nos primeiros domingos de 2021 cresceu face ao final de 2020

Apesar de ser evidente que as restrições de mobilidade da população fizeram aumentar a proporção daqueles que permaneceram em casa, não deixa de ser relevante fazer uma quantificação desse fenómeno. No caso, o INE acedeu a informação trabalhada pela Carnegie Mellon University, com base em atualizações de localização recolhidas a partir dos dispositivos móveis de utilizadores da aplicação Facebook que têm a opção “histórico de localização” ligada.

Em 2020, conforme evidencia a fig.24, na Região, a percentagem de pessoas que ficou em casa no domingo atingiu o seu máximo no domingo de Páscoa onde cerca de 55% escolheu essa opção. Com o fim do confinamento este indicador estabilizou em torno dos 15-18%, percentagem que se manteve sensivelmente até outubro.

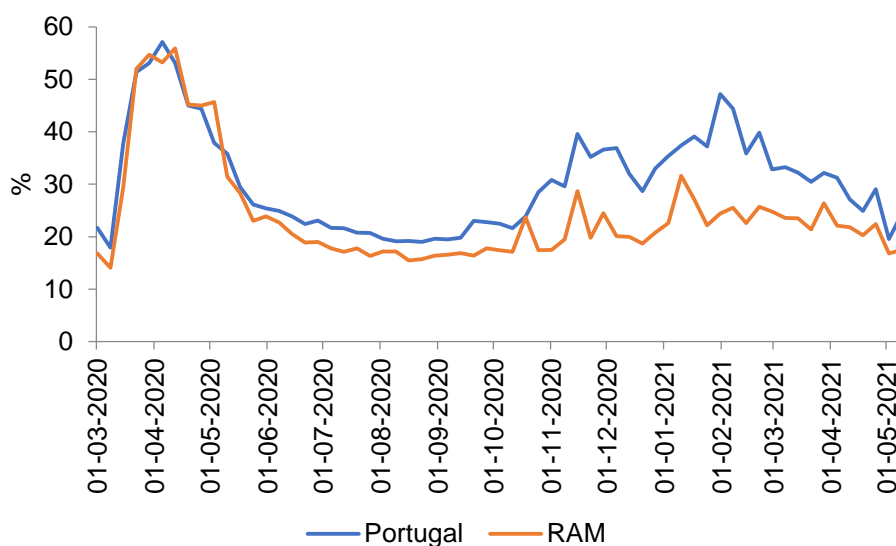
A partir daí, a percentagem de pessoas que ficou em casa ao domingo apresentou maior variabilidade, mas, por comparação, tendencialmente cresceu, ultrapassando os 30% a 10 de janeiro, mas mantendo-se entre os 22 e os 26% nos domingos de fevereiro.

Com o aliviar das medidas de confinamento, nos domingos seguintes esta percentagem foi descendo, ficando abaixo dos 20% nos dois primeiros domingos de maio.

De notar que os valores da RAM descolam dos nacionais, a partir do final de outubro, o que reflete por um lado a situação mais grave da pandemia da COVID-19 no território continental e também eventualmente o clima mais “convidativo” a sair de casa que caracteriza a Região.

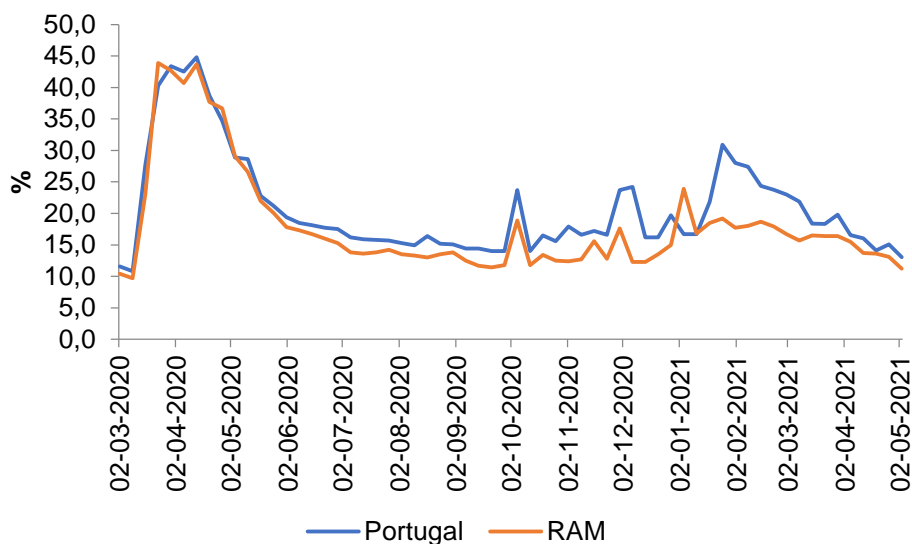


Fig. 24 – Proporção de população que “ficou em casa” nos domingos de 1 de março de 2020 a 9 de maio de 2021



Os dados para as segundas-feiras, nas quais a percentagem de população que fica em casa é obviamente inferior à dos domingos, mostram uma evolução semelhante, com os valores de Portugal a apresentarem também neste caso, um diferencial de alguma dimensão comparativamente à RAM.

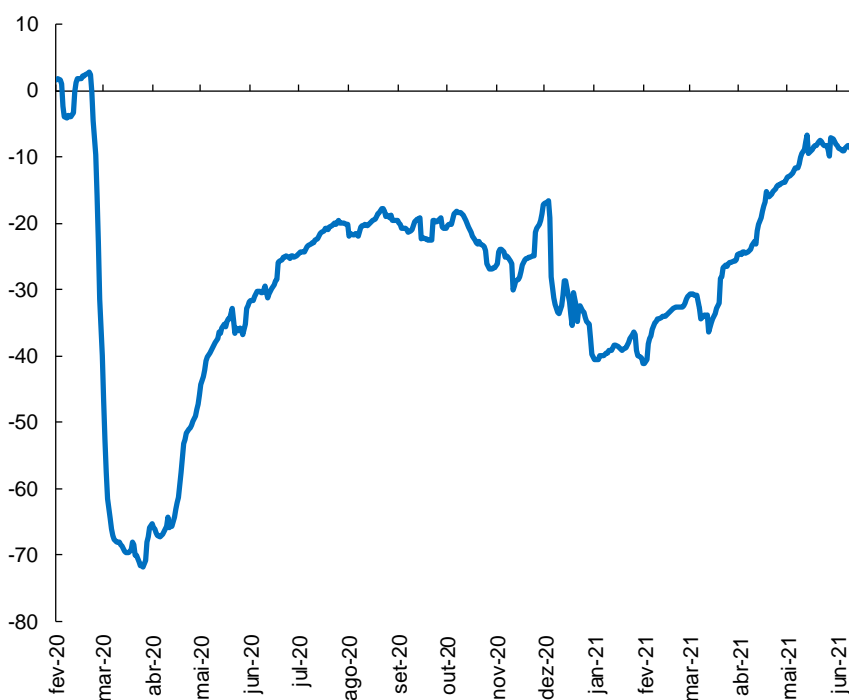
Fig. 25 – Proporção de população que “ficou em casa” nas segundas-feiras de 2 de março de 2020 a 3 de maio de 2021



A evolução da mobilidade na Região Autónoma da Madeira durante o período marcado pela pandemia pode ser igualmente analisada mediante relatórios de mobilidade disponibilizados pela Google. Esta empresa divulga estatísticas agregadas e anonimizadas, baseadas em produtos que comercializa e que são largamente utilizados pela população. Em vários países, os organismos de saúde pública têm inclusive em parte baseado as suas decisões de combate à COVID nestes dados, que permitem analisar com periodicidade diária a resposta da população às restrições sanitárias e, assim, a sua eficácia na redução da transmissibilidade. Conforme descreve a Google “os relatórios registam as tendências de movimento ao longo do tempo por localização geográfica, em várias categorias de locais como retalho e lazer, mercearias e farmácias, parques, estações de transportes públicos, locais de trabalho e residências”^[1].

A partir dos dados disponíveis foi criado um indicador compósito que procura acompanhar a mobilidade em atividades de retalho e recreação, mercearia e farmácia, estações de trânsito (i.e. porto marítimo, praça de táxis, agência de aluguer de automóveis) e locais de trabalho habitual.

Fig. 26 – Mobilidade da população (indicador compósito, com média móvel de 7 dias)



Fonte: Google Mobility Report.

O gráfico mostra que as fortes restrições à mobilidade em abril de 2020 resultaram em reduções da mobilidade médias de cerca de 70% quando comparados com o período entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro.

^[1] <https://www.google.com/covid19/mobility/>

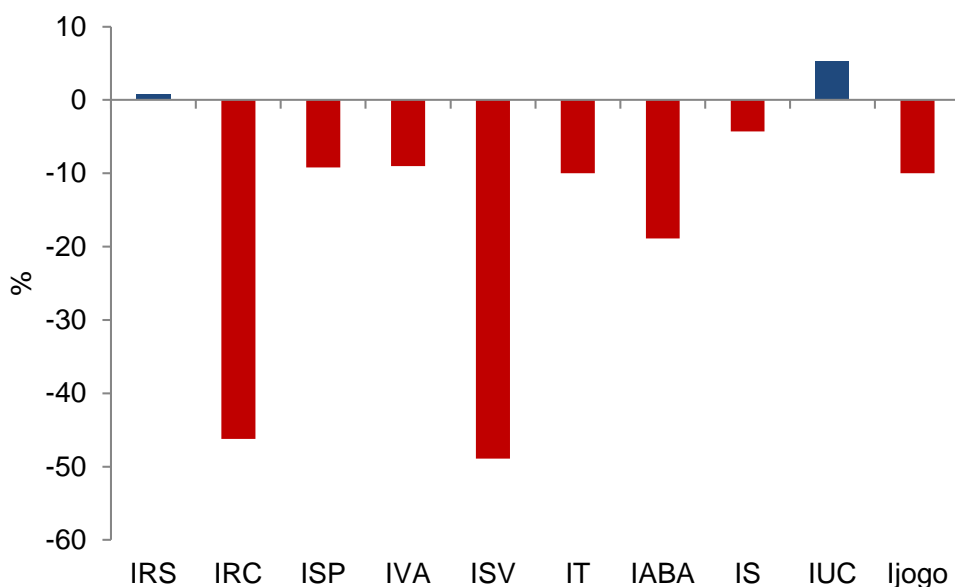


Entre maio e setembro registou-se uma recuperação progressiva mas limitada, com a mobilidade ainda 20% inferior ao observado no período pré-pandémico. O agravamento da situação e o aumento das restrições resultou numa segunda forte quebra da mobilidade entre a partir de janeiro e até ao início de março, altura em que se iniciou uma recuperação. Esta recuperação atingiu o seu pico em maio, acompanhando o aligeiramento das medidas de confinamento, tendo a mobilidade estabilizado desde então em níveis 10% inferiores ao período de referência.

19. Receitas fiscais – Impacto da pandemia fez-se sentir na maior parte dos impostos

Com base em informação recolhida junto da Direção Regional de Orçamento e Tesouro (DROT) relativa às receitas fiscais (em contabilidade pública, considerando Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos) arrecadadas entre março de 2020 e fevereiro de 2021, e quando comparadas com o período homólogo, nota-se que o Imposto sobre Veículos (ISV) foi o mais penalizado (-48,9%), seguido do IRC-Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (-46,2%), cuja receita caiu 62,1 milhões de euros. Com quedas a rondar os 10% encontram-se o IT-Imposto sobre o Tabaco (-10,0%), o ISP-Imposto sobre Produtos Petrolíferos (-9,2%) e o IVA-Imposto sobre o Valor Acrescentado (-9,0%). Apenas dois impostos escaparam à quebra generalizada, o IRS-Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (+0,8%), que se manteve estável, fruto das medidas de proteção do emprego adotadas pelos Governos e o IUC-Imposto Único de Circulação (+5,2%). O IABA-Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas foi também bastante penalizado no período em análise (-18,9%), enquanto o IS-Imposto do Selo teve uma redução bem menor, de 4,3%.

Fig. 27 – Variação dos principais impostos, em Contabilidade Pública, entre março de 2020 e fevereiro de 2021 e o período homólogo

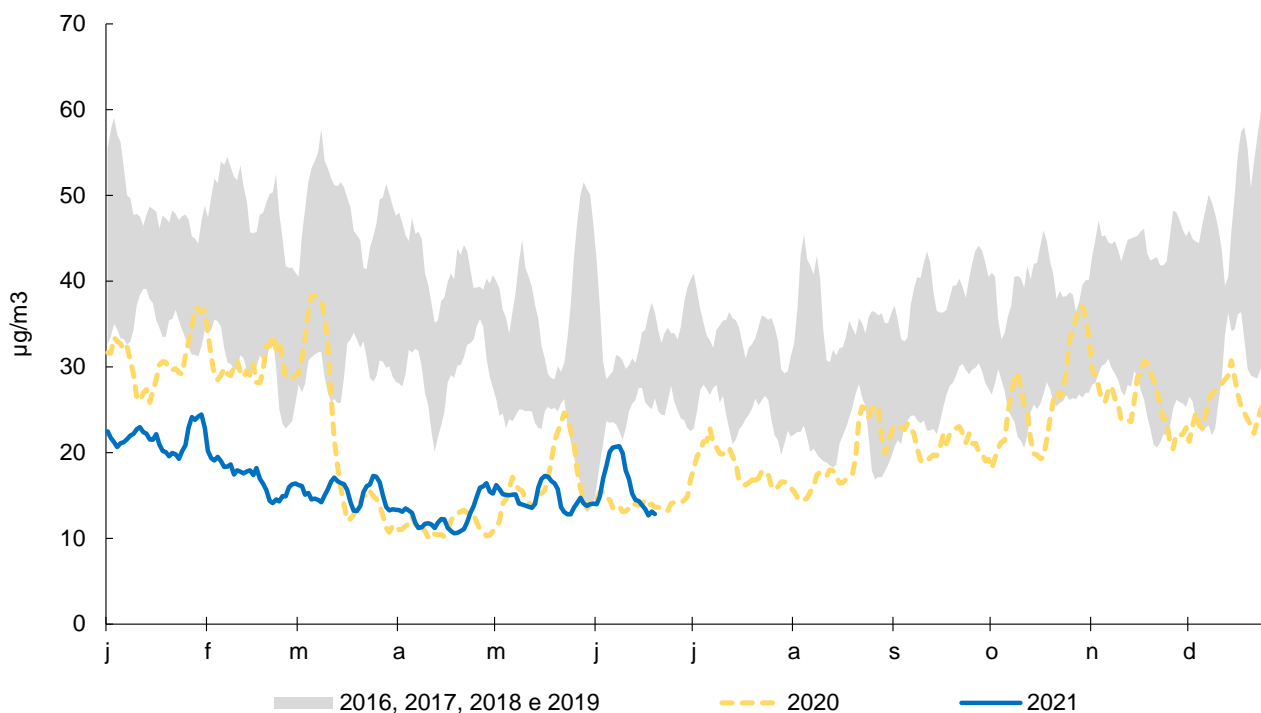


20. Ambiente – Nível de poluição de NO₂ no Funchal com redução assinalável

De acordo com a [informação disponível](#) na página de internet da Agência Europeia do Ambiente, é possível analisar a evolução dos níveis de dióxido de azoto (NO₂) no Funchal desde 1 de janeiro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021 e compará-los com os 4 anos anteriores.

A fig.26 mostra uma forte quebra nos valores de NO₂, particularmente entre meados de março e meados de maio, e um consequente afastamento dos valores de 2020 do intervalo dos últimos 4 anos, coincidente com a maior percentagem de fecho temporário de empresas e com a generalização do teletrabalho quer no sector privado, quer no público. Naquele período, os valores de NO₂ chegaram a ser cerca de 60% inferiores ao mínimo observado nos quatro anos precedentes. A partir de junho os valores tenderam a subir, mas ficando na maior parte dos últimos sete meses do ano abaixo do mínimo dos últimos 4 anos. Os valores de NO₂ disponíveis para 2021 – até 30 de junho – mostram até meados de março uma redução face ao mesmo período de 2020 (altura em que a pandemia ainda não tinha afetado a Região), sendo que os valores desse período estão também significativamente abaixo da média de 2016, 2017, 2018 e 2019. A partir da 2.ª quinzena de março o nível de poluição diário por NO₂ está em linha com 2020.

Fig. 28 – Nível de poluição diário por dióxido de azoto (NO₂) no Funchal



21. Cinema – Queda generalizada e pronunciada nos principais indicadores

De acordo com os dados provisórios disponibilizados pelo Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA), entre o 2.º trimestre de 2020 e o 1.º trimestre de 2021, contabilizaram-se 4 562 sessões de cinema na Região Autónoma da Madeira (RAM), traduzindo um decréscimo de 72,6% face ao ano pré-pandémico.

O número de espetadores fixou-se nos 29 601, diminuindo 89,0%, enquanto as receitas de bilheteira caíram para os 155,7 milhares de euros, decrescendo também 88,8% face ao período homólogo.

Estes resultados estão associados ao encerramento das salas de cinema da Região Autónoma da Madeira (RAM), durante o 2.º trimestre de 2020 e em fevereiro e março de 2021 e ao limite da capacidade das salas desde julho de 2020, na sequência das medidas governamentais (nacionais e regionais) de contenção da pandemia de COVID-19.

